

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS NO CAMPO: UM OLHAR DIRECIONADO A EDUCAÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Rosimeiry Souza Santana¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB

Rosilda Costa Fernandes²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Arlete Ramos dos Santos³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Lucas Hipólito dos Santos⁴

Universidade do Norte do Paraná-UNOPAR

Resumo: O artigo intitulado As políticas públicas e a permanência das famílias no campo: Um olhar direcionado a Educação do Campo e a Agricultura Familiar é resultado de uma atividade do Grupo de Estudos Pesquisa em Movimentos Sociais; Diversidade e Educação do Campo - GEPEMDEC,

¹ Especialista em Educação e Diversidade Étnico Cultural pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; UESB. Graduada em Psicologia pela Faculdade Juvêncio Terra; Integrante do Grupo de Estudos Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo, GEPEMDEC, vinculado ao Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas CEPECH da Universidade Estadual de Santa Cruz; UESC. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, GEPEC, com registro na CNPQ; grupo vinculado a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; UESB; Integrante de Movimentos Sociais Populares, filiadas a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Vitória da Conquista - Bahia; Brasil; E-mail: rosysantana007@hotmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade - GEPEMDEC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Especialista em Matemática pela UESB, Especialista em Metodologias Aplicadas à Educação, na Área de Matemática, Ciências e suas Tecnologias pela Universidade Internacional de Curitiba; Licenciada em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; E-mail: fernandesrosilda@bol.com.br

³ Pós-Doutorado pela UNESP; Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e professora da Pós graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais; Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas da Educação - CEPECH/DCIE/UESC, com registro no CNPQ. E-mail: arlerp@hotmail.com.

⁴ Graduado em Serviço Social pela Universidade do Norte do Paraná UNOPAR. Funcionário Público Municipal; Conselheiro Estadual das Cidades/Bahia; Conselheiro Municipal de Educação; Presidente da Federação Intermunicipal das Associações de Moradores Membro do Movimento Unificado de Associações de Moradores de Vitória da Conquista MUDAVIC. E-mail: lucashipolito@bol.com.br.

vinculado ao Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas - CEPECH da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com finalidade de promover uma breve discussão sobre as políticas públicas e a permanência das famílias no campo, ressaltando algumas considerações sobre o fechamento das escolas na zona rural em Vitória da Conquista. Outra finalidade desse trabalho é apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, como políticas de geração de renda, da Agricultura Familiar, com estatísticas de famílias beneficiadas na zona rural. Entretanto, compreendemos que há a necessidade de continuidade dessa pesquisa com objetivo de aprofundamento da temática de forma mais ampliada em outras oportunidades. O trabalho foi constituído a partir de uma pesquisa bibliográfica, pautado numa análise crítica da problemática em questão. A base teórica utilizada foi constituída a partir da aproximação com o Materialismo Histórico Dialético. Nesse contexto, construímos um entendimento sobre a Educação do Campo e a Agricultura Familiar enquanto Direito e sobre importância dessas políticas pública para a permanência das famílias na zona rural.

Palavras Chave: Agricultura Familiar; Educação do Campo; Políticas Públicas.

Introdução

O trabalho intitulado As políticas públicas e a permanência das famílias no campo: Um olhar direcionado a Educação do Campo⁵ e a Agricultura Familiar surgem como possibilidade de fazermos uma análise crítica sobre as políticas públicas e a permanência das famílias na zona rural de Vitória da Conquista, no interior da Bahia. O estudo em questão visa proporcionar uma reflexão sobre a consolidação de dois direitos sociais de grande relevância na qualidade de vida das pessoas, que vivem no campo, as políticas de educação e o direito ao trabalho na zona rural. A pesquisa foi realizada a partir de um recorte de uma política de incentivo a Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implantando no município em 2014, na perspectiva de conhecer o programa e compreender como essa política é efetivada. Na oportunidade, demonstraremos um quadro com número de comunidades rurais e famílias beneficiadas pelo PAA, comparando com o número de escolas existentes no âmbito rurais, assim conformaremos algumas reflexões relacionadas á um número considerável de escolas municipais que foram fechadas nos últimos quatro anos na zona rural dessa cidade.

⁵ Os termos, educação do campo, educação rural, escolas rurais, escola do campo, ambiente rural, espaço rural famílias no campo, estarão aqui relacionadas às escolas existentes nos espaços geograficamente rurais e as famílias que residem nesses espaços no município em questão.

A dinâmica da pesquisa consiste em apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, articulado com às discussões com os conteúdos referentes ao fechamento de escolas na zona rural de Vitória da Conquista, principalmente nas mesmas localidades onde possuem famílias cadastradas no programa de incentivo à Agricultura Familiar.

Diante dessa conjuntura, inicia-se a discussão sobre a política de fomentos para Agricultura Familiar e aqui citaremos, especificamente, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), o qual insere as famílias em projetos de geração de renda, para que elas possam se manter no campo. No entanto, estamos vivemos uma situação preocupante no município, com dados referentes a um número significativo de escolas que estão sendo fechadas no campo. Esse “fenômeno” tem sido motivo de inquietações para toda sociedade civil e acadêmica envolvida com a questão. É claro que gostaríamos de saber informações precisas sobre o porquê do fechamento das escolas na zona rural do município, porém, não daremos conta circunscrever-las nesse trabalho, pois, isso requer uma discussão mais ampliada e detalhada sobre os questionamentos supracitados. Contudo, compreende-se que poderemos trazer grandes contribuições para estudos futuros e posicionamento referente a esses objetos, qual seja, a educação em consonância com a geração de renda por meio da agricultura.

O município de Vitória da Conquista está localizado no Território de Identidade Sudoeste Baiano,⁶ com a população aproximada em 338.885, sendo que de acordo com informações obtidas no portal da prefeitura, 32.127 pessoas residem na zona rural. O município possui 11 distritos; Bate-Pé, Cabeceira da Jibóia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha. Nesses distritos e seus demais povoados existem escolas de ensino fundamental I e II e a maioria das famílias moram nessas localidades vivem da Agricultura de Familiar, apesar dos aspectos geográficos e climáticos pouco favorecidos, pois, o município, está geograficamente incluído no Polígono da Seca, o que dificulta os trabalhos na agricultura, (PMVC, 2019).

⁶ Território de Identidade Sudoeste Baiano: O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. A população total informada acima ver em http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sudoestebaiano.pdf

Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos é importante considerar que;

O programa foi criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, (MDS, 2019).

Nessa conjuntura, os estudos em questão ganham forma, pois, diante da quantidade de distrito que compõe área rural dessa cidade, é preciso mostrar mais atenção às necessidades das pessoas que ali habitam. Sendo assim, a relevância de se pensar em políticas públicas que viabilizem a permanência das famílias no campo e que possam garantir a dignidade dessa população em âmbito rural, deve ser constante. É compreensível, que tais ações de certo, colaboram para com o desenvolvimento social, econômico e cultural, nas comunidades rurais. Nessas circunstâncias, inferimos que a educação é o viés fundamental no processo de desenvolvimento social e na formação humana. Por isso, acreditamos que é as políticas públicas possibilitará esse processo.

Sabe-se que as políticas públicas, ocorrem por meio de parcerias entre o Governo Federal, Estadual e Municipal e suas respectivas secretarias. Entretanto, o referido estudo utilizou apenas das informações obtidas através da Secretaria de Municipal Desenvolvimento Social (SEMDES), junto às referências bibliográficas já publicadas sobre a temática educação e fechamento de escolas no campo, porém, convém registrar que, as Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Rural também são responsáveis pelas políticas públicas para o campo nesse município.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural promove o desenvolvimento rural, fortalecendo a agricultura sustentável, permitindo a melhoria das condições de vida e trabalho dos homens e das mulheres do campo, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, culturais e ambientais. Entre as suas ações estão: Incentivo à agricultura familiar; Promover assistência técnica e extensão rural para qualificar os produtores rurais e potencializar as suas formas de cultivo, ao mesmo tempo em que os habilite para pleitear financiamentos para sua produção; Administra a construção e a

conservação de obras públicas, estradas, aguadas, barragens e sistemas simplificados de captação de água, sob a orientação técnica, controle e fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Infraestrutura Urbana; Assegurar a execução e a manutenção dos serviços básicos dos distritos e povoados [...], (PMVC 2019).

Convêm registrar que citação acima mostra a imensidão de ações de responsabilidade das Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ações que não adentram no contexto em questão. No discorrer da pesquisa, houve a possibilidade de conhecer sobre uma das políticas públicas de Agricultura Familiar existentes no município, será apresentado apenas um recorte desse projeto de responsabilidade da Coordenação de Segurança Alimentar, que é o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, atrelado a pasta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Assim também, abordaremos sobre um recorte dos registros numéricos referentes ao fechamento de escolas do campo entre os anos de 2015 a 2018, fato esse considerado contraditório do ponto de vista do Direito a Educação do Campo e as demais políticas públicas articuladas para a permanência das famílias no campo.

Ressaltamos que o foco do artigo, não é pesquisar as especificidades da Educação do Campo, contudo, é preciso compreender o contexto no qual tal política está inserida. A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo, Caldart, (2009, p.05). Entretanto entende-se que são por meio das políticas públicas que o homem e da mulher do campo, conseguem se manter nesses espaços.

O Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010,⁷ que dispõe sobre a política da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação no Campo PRONERA em todas as modalidades de ensino, é uma ferramenta que coloca Educação do Campo na condição de política pública garantida pela da legislação. *A educação do campo nasceu das lutas da classe trabalhadora camponesa organizada, principalmente, como movimentos sociais que buscam um projeto educacional na forma de política pública que respeite os interesses de diversos sujeitos coletivos, que fazem do campo o seu território de vida.* (SANTOS, 2016, p.165).

⁷Decreto 7352/2010. Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acessado em 08 de abril de 2019.

Em relação à Agricultura Familiar verificamos que é uma política consolidada a partir da Lei 11.326 de julho de 2006, que define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e o critério para identificação do público que serão beneficiados por esta política, cuja finalidade é garantir a sobrevivência das famílias no ambiente rural, (SEAD 2018).

Conforme Caldart (2012), a luta dos trabalhadores, devem protagonizar suas ações no campo, sua forma de organização, incide sobre as políticas públicas a sua permanência como trabalhador do campo. Percebe-se que de acordo com a autora, a proposta da Educação do Campo, é a de inserir o sujeito na condição de ator principal de suas ações em relação às questões sociais e principalmente nas lutas sociais pela efetivação dos direitos sociais, proposto pela Constituição Federal

Teoricamente, Constituição Federal, convalida todos os direitos e deveres, referentes às condições de vida e de sobrevivência da população. Por ser um instrumento que remete sobre “normatização dos Direitos Humanos”, daremos uma ênfase ao Direito a Terra através da Reforma Agrária, que propõe não somente o Direito a terra, mas direito de permanência na terra com dignidade. De acordo com Delgado (2001), as políticas agrárias caracterizam-se como, políticas estruturais, que visam aumentar o acesso a terra com intervenção direta em estruturas existentes, objetiva a transformação ou regularização nas regiões onde as terras já foram apropriadas (Política de Reforma Agrária), assim como influenciam no processo de ocupação de novas terras, como fronteiras agrícola. O autor segue confirmando que as políticas agrárias são instrumentos indispensáveis no processo de desenvolvimento rural sustentável e não apenas de desenvolvimento agrícola das famílias finalizando com o desenvolvimento do país.

Nessa circunstância, compreendemos que a Reforma Agrária é uma política pública primordial no processo no desenvolvimento econômico e social de toda uma população que precisa do acesso a terra para sobreviver. No entanto, é preciso questionar sobre se essas que as políticas públicas de Reforma Agrária estão correspondendo aos seus objetivos, definidos do artigo primeiro e no artigo quinto do (Estatuto da Terra de 1964).

Art1º (...) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao

aumento de produtividade. Art. 5º (...) A Reforma Agrária visa implantar um sistema entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio,(BRASIL 2019)

Nessa condição, destaca-se que a Reforma Agrária, como uma das políticas públicas que objetiva combater a desigualdade social e promover a dinamização do desenvolvimento econômico e social das comunidades, bem como articular-se com outras várias políticas públicas para o campo. Somado a isso, o acesso a terra garante a Soberania Alimentar⁸ das populações assentadas. Segundo Carvalho Filho (2001), o assentamento organizado viabiliza a produção e a renda do assentado e pode inserir o camponês na sociedade, criando cidadãos, e aqui acrescentamos e cidadãs.

É possível averiguar a importância das políticas públicas para o campo, através das informações a seguir, pois em 2006 dados do IBGE, demonstrar que a Agricultura Familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da Agricultura Familiar foi de R\$ 13,99 mil. Os números confirmam, no sentido de destacar o resultado do Censo agropecuário (2006), a Agricultura Familiar foi a nível nacional, a grande responsável pela Segurança Alimentar dos brasileiros. Estima-se que 12,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no campo estão em estabelecimentos da Agricultura Familiar (74,4% do total de ocupados no campo), (IBGE 2018).

A pesquisa em curso permitiu-nos partilhar várias considerações referentes, à relevância social das políticas públicas para campo. Assim sendo, considera-se que, na efetivação dessas políticas o país todo é contemplado de alguma maneira. Todavia, é

⁸ **Soberania alimentar:** É o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. João Pedro Stedile Horacio Martins de Carvalho (2012, P. 714). In **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

necessário esclarecer, que a consolidação das políticas pública, no Brasil, são frutos de muita luta e enfrentamentos, assim, os movimentos sociais, tiveram um papel importante nesse processo. Contudo, é preciso deixar claro que as lutas aqui referidas, são embates contra desigualdade social, combate a opressão e dominação dos meios de produção. Nesse sentido é possível inferir que os movimentos sociais, no Brasil, têm de certa forma um caráter convergente, do ponto de vista das lutas de ações coletiva, por uma sociedade justa e igualitária. Konder (2012, p.31) confirma que, a única maneira de superar a divisão da sociedade em classes é através da Lutas de classe, elementos de base conflitosa entre a burguesia e o proletariado.

Nessa perspectiva, entendemos que a dinâmica que permeia as ações coletivas populares, são originadas nos espaços, onde as questões sociais são delimitadas pela exclusão e desigualdade, sendo assim, compreendemos que a zona rural ainda é um espaço pautado pela desigualdade social muito visível. Portanto, percebemos a importância da organização e a articulação dos movimentos sociais do campo, na perspectiva que esses possam ser forjados, (através da educação) para o enfrentamento das questões sociais que tange a luta por Direito.

Toda essa lógica é fundamental, para o entendimento da temática definida nesta pesquisa, por isso a importância que se conheça a proposta das políticas para o campo. Em relação à Educação do Campo, convidamos toda a sociedade a posicionar diante de um número considerável das escolas do campo que foram fechadas nos últimos anos no município. De acordo com Molina (2004), apud Silva e Santos (2017), a Educação do Campo é pautada pelas contradições originadas do capitalismo enquanto modo de produção que expropria a força de trabalho do trabalhador/a. Por isso a necessidade urgente do homem e da mulher do campo, entenderem a importância das lutas de classe e compreendemos que umas das ferramenta que poderá auxiliar nesse processo, é a organização popular através dos movimentos sociais, por tratar de uma questão social conforme o conceito de Duriguetto (2013, p.11);

Entendemos por questão social o conjunto das expressões das desigualdades econômicas que são conformadas pela produção coletiva da riqueza - gerada pelos trabalhadores, destituídos dos meios de produção - e pela sua apropriação privada pelos proprietários dos meios de produção. Questão social expressa, assim, a configuração da sociedade de classes [...] Demandas e necessidades que vão desde o acesso a direitos sociais - ao trabalho, às políticas sociais de qualidade e universais; a reforma agrária; a

denúncia das retiradas e ataques aos direitos conquistados; o combate a todas as formas de descriminalização e opressão; a resistência à criminalização das lutas etc.

Duriguetto (2013) expõe um retrato bem compreensível sobre as questões sociais geradoras da desigualdade. Por isso, enfatizar a importância dos movimentos sociais na luta pela efetivação por direitos é um fator relevante para o entendimento da necessidade acerca consolidação das políticas públicas para o campo, pois que as questões sociais envolvem tanto os aspectos da zona urbana, quanto da zona rural, que têm implicações nas vidas das pessoas. A autora pontua que os espaços motivados por crises e conflitos, provenientes da desigualdade, tornam-se espaços de disputas pela sobrevivência, logo, inferimos que assim que ocorre com as famílias do campo.

Metodologia

O trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica qualitativa, que leva em consideração a relevância social dos aspectos de uma pesquisa nessa modalidade bem como os trabalhos sobre a temática já realizados. No decorrer da pesquisa foram utilizadas ferramentas da pesquisa-ação, a exemplo de entrevista, comunicação oral, análise de documentos que contribuíram para promover as reflexões propostas nos objetivos supracitados. *A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.* Marconi e Lakatos, (2012, p.73).

Em relação à abordagem qualitativa é importante compreender que;

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...] o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Durante a realização dos trabalhos houve uma visita à instituição onde funciona a coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos. O assessor do programa respondeu a

uma entrevista semi-estrutura, a fim de adquirimos mais informações sobre o funcionamento das ações e sobre as estatísticas em relação aos/ as beneficiados/as. É importante ressaltar que;

A opção pela entrevista semi-estruturada decorre do fato que tanto o pesquisador quanto o entrevistado interferem dinamicamente no conhecimento da realidade e esse encontro de duas subjetividades, representação de códigos socioculturais quase sempre diferenciados, é, ao mesmo tempo, rico, problemático e conflitivo (MINAYO, 1993).

Na oportunidade, foram analisados alguns relatórios, referentes aos registros numéricos de famílias beneficiadas pelo programa. Sobre análise de documentos observaremos as orientações de André (2003, p.100); *O documento possa substituir o registro de um evento que o pesquisador não pode observar diretamente. Documentos são muito úteis porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados.* Após obter as informações essenciais para as devidas reflexões propostas nessa pesquisa, passamos para a etapa de análise dos conteúdos, tanto os fornecidos pela assessoria do PAA, quanto obtidos através da revisão bibliográfica em relação à temática referida.

Resultados

Em visita à instituição que executa o Programa de Aquisição de Alimento-PAA, constatamos que o programa é uma política pública do Governo Federal por meio de parceria entre a prefeitura e as famílias de pequenos agricultores/a da zona rural do município. A comunicação com a assessoria do programa possibilitou-nos tecer algumas considerações relacionadas ao funcionamento do programa e verificamos que as ações do PAA, não estão articuladas com a Secretaria de Educação do município.

Na análise de documentos verificamos que a ação da Coordenação de Segurança Alimentar, por meio da Agricultura Familiar, nas seguintes localidades da zona rural: Assentamento Arizona; Assentamento Amaralina; Assentamento Cedro; Assentamento Mutum; Assentamento União; Assentamento Zumbi dos Palmares; Bate pé; Cercadinho; Corta lote; Dantilandia; Furadinho; Lagoa de Maria Clemência; Lagoa das Flores; Laranjeiras; Limeira; Poço Cumprido, Poço Verde; Povoado das Abelhas; Povoado da Estiva; Povoado Riachinho; Quilombo São Joaquim; Quilombo Velame; São Sebastião; Itaipú; Veredinha e Inhobim. No documento de áreas beneficiadas, não havia detalhamento se dentro

dos distritos haviam mais comunidades inseridas no programa, porém o quadro abaixo traz informações sobre o número de agricultores beneficiados no programa.

Quadro 01- Mostra o número de famílias beneficiadas Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na Zona Rural de Vitória da Conquista, nos anos 2017/2018.

Agricultores beneficiados	358
Entidades socioassistenciais atendidas:	15
Equipamentos do governo atendidos:	43
Total de entidades beneficiadas:	58
Valor investido na compra de alimentos em 2017	R\$ 962.500,00
Valor limite por agricultor	R\$ 6.500,00
Quantidade de pessoas beneficiadas	13.000
Quantidade de toneladas adquiridas em 2017	350 toneladas

Fonte: Assessoria do Programa de Aquisição de Alimentos SEMDES 2019.

Quadro 02- Mostra uma parcial dos investimentos até 31 de julho 2018

Agricultores beneficiados	358
Entidades socioassistenciais atendidas:	15
Equipamentos do governo atendidos:	43
Total de entidades beneficiadas:	58
Valor investido na compra de alimentos em 2018 até 31/07	R\$ 600.000,00
Valor limite por agricultor	R\$ 6.500,00
Quantidade de pessoas beneficiadas	13.000
Quantidade de toneladas adquiridas em 2018 até 31/07	135 toneladas

Fonte: Assessoria do Programa de Aquisição de Alimentos SEMDES 2019.

De acordo com a assessoria do PAA o valor máximo disponibilizado pelo Governo Federal é R\$ 962.500,00, a prefeitura de compra de cada agricultor/a cadastrado no programa, um valor máximo de R\$ 6.500,00, lembrando que muitas às vezes, o agricultor/a não disponibiliza dos produtos para vender, portanto não consegue obter o valor total do recurso e deduzimos que essa situação possa ser devido à falta de outras políticas públicas articuladas,

que venha colaborar no projeto de geração de renda e a permanência do homem e da mulher do campo. Gostaria de fazer uma ressalva, que o número de agricultores/as contemplados/as pelo programa, não corresponde com número de comunidades existentes na zona rural do município. Em tempo registramos que os produtos adquiridos pela prefeitura são distribuídos para a rede de serviços de proteção especial de média e de alta complexidade e algumas instituições filantrópicas do município.

Logo que tomamos conhecimento sobre número de famílias do município que são beneficiadas pelo PAA, direcionamos nesse instante o olhar para a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, no Artigo 28º, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional com finalidade de compreendermos sobre as especificidades da Educação do Campo.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente;

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014), (BRASIL, 2019).

Faz necessário tomar conhecimento, que as Leis garantem uma Educação/Escola no campo, em consonância com as especificidades do campo. Contudo, é aqui, que cabe retomar a proposta central de nossas reflexões, que é nos posicionarmos diante do descumprimento da legislação acima, a partir dos problemas relacionados ao fechamento das escolas do campo. A informação que mostraremos abaixo é resultado de uma pesquisa realizada por (Silva e Santos 2017), e coloca-nos diante de uma situação bastante preocupante, o fechamento de várias das escolas na zona rural do município em um período de 4 anos. Nesse contexto, compreendemos que situação em questão exige da sociedade, da acadêmica, pesquisadores, profissionais da área de educação, sindicatos, movimentos sociais, um posicionamento de enfrentamento de um problema conforme veremos no quadro abaixo.

Quadro 03- Mostra o número de escola da zona rural que foram fechadas em Vitória da Conquista nos anos 2015 a 2018.

Número de escolas fechadas na zona rural		
Ano	Escola Rural	Escolas fechadas
2015	136	00
2016	134	03
2017	116	10
2018	110	09
		Total
	Resultado	22

Fonte: SEMD (2017), apud Silva e Santos 2017

Várias pesquisadores/as têm se prontificado em estudar as questões relacionadas ao fechamento das escolas da zona rural em Vitória da Conquista, logo percebemos o posicionamentos da academia diante desse fenômeno que tem causados muitos prejuízos em relação a retiradas de direitos. Conforme observado abaixo;

O fechamento das escolas do campo é uma violação, um desrespeito a lei 12.960/2014, que proíbe o poder público fechar escolas no meio rural sem uma ampla discussão com a comunidade local e com outros órgãos que asseguram direitos sociais como Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, Conselho Escolar. Esta ação significa para os camponeses a morte da vida em comunidade, pois esta proporciona muitas vezes, a estes sujeitos o espaço para as discussões políticas da sua realidade social, o lazer, o estreitamento das suas relações, quando em muitas localidades do meio rural os camponeses utilizam o espaço da escola para realização das suas atividades políticas e social de forma coletiva, (SILVA e SANTOS, 2017, p.09).

Ao cruzar as informações referentes às localidades beneficiadas pelo PAA e pelas políticas de educação do município, através do funcionamento das escolas na zona rural, foi constatado que no ano 2018 existiam 110 escolas nas localidades da zona rural e apenas 26 localidades são contempladas pelo PAA, com 358 agricultores/as cadastrados/os nos anos de 2017 e 2018, comparando com população que habita na zona rural esse número é insignificante.

Cabe registrar que o PAA é uma política pública muito limitada, que não permite beneficiar todas as comunidades aqui listadas. Isso se deve devido ao valor do recurso preestabelecido pelo Governo Federal. O resultado dessa pesquisa será apresentado Grupo de Estudos Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo, GEPEMDEC, no Fórum Municipal de Educação, no Conselho Municipal de Educação e na Câmara Municipal de Vereadores, como forma de manifestação contrária à problemática do fechamento das escolas do campo. Ressaltamos que seguiremos com a pesquisa no sentido de ampliar os estudos sobre as políticas públicas para o campo, vinculados a outras secretarias da cidade.

Considerações finais

No discorrer dos estudos houve a possibilidade de promover diversas provocações sobre o nosso tema proposto, As Políticas Públicas da Agricultura Familiar e a permanência das famílias no campo por meio da Educação no campo. Descobrimos, também, que apesar de ainda ser uma política pública de abrangência incipiente, o município possui ações na Agricultura Familiar, uma vez que, tanto as famílias de Vitória da Conquista, como do território são contempladas. No entanto, é importante salientar que tivemos informações de apenas um programa que beneficia essas famílias e, mais uma vez, ressaltamos a necessidade de pesquisas em relação a essa temática.

A investigação revelou às questões direcionadas à permanência das famílias no campo, considerando que os fomentos para políticas públicas, são essências para a sobrevivência da população na zona rural, principalmente as políticas públicas pautadas na educação escolar, orientada pelo currículo da Educação do Campo e de geração de renda do Programa Nacional da Agricultura Familiar, compreenderam que a permanência das famílias no campo depende de fomentos que garantam esse direito enquanto alternativa de vida.

Apesar de percebermos que as políticas públicas que visam beneficiar as famílias no campo ainda são incipientes, esse trabalho permitiu-nos conhecer como essas ações, tanto de fomento de geração de renda, quanto relacionada à educação, são importantes para a permanência no campo. É certo que Agricultura Familiar, neste município, tem contribuído para permanência das famílias no campo, mas, entendemos que as políticas supracitadas, precisam ser ampliadas. Em relação ao fechamento de 22 escolas em quatro anos, entendemos que é um processo que poderá provocar uma situação vulnerabilidade para a

população do campo, ou seja, o fechamento das escolas poderá expor o campo a uma condição de abismo em relação a uma provável migração para a zona urbana. Diante dos expostos, é pertinente considerar que o Campo precisa de políticas públicas articuladas, que respeitem a necessidade e as especificidades de cada região. Por isso deve-se compreender que essas políticas são ferramentas transformadoras, tanto nos aspectos do desenvolvimento econômicos, quanto para a emancipação social das famílias no campo.

Referências

ANDRE, Marli. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acessado em 13 de março de 2019.

BRASIL, Lei 4504 de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%204.504-1964?OpenDocument. Acessado em 09 de abril de 2019.

CALDART, Roseli. Saleté (2012, p. 257). In Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Saleté Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. In Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Saleté Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli, Saleté. Educação do campo: Notas para uma análise de percurso. <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acessado em março 2019

CARVALHO FILHO, J. J. Políticas agrárias do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. P.193-223. Citado na Dissertação de Mestrado de Waltuir Batista Machado da Universidade Federal de Goiás 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

DELGADO, N. G. Política econômica ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.15-52. Citado na Dissertação de Mestrado de Waltuir Batista Machado da Universidade Federal de Goiás 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; **Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social** Revista Conexão Gerais do CRESS-MG nº 4/2013.

_____**Estatuto da Terra**. 13 ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE 2018

KONDER, L. **O que é dialética**. 13ª reimpressão Brasiliense. São Paulo 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATO, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa**; 7ª Edição Editora Atlas, São Paulo 2012.

MENDONÇA, S. R. **O Estado**, 2012. In Caldart, Roseli Salette (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007

MINISTÉRIO CIDADANIA/ SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa de aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acessado em 28 de março de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acessado em 06 de julho de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acessado em 26 setembro de 2018.

MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia Meire de Azevedo. (Orgs.), **Por uma Educação do campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Col. Por uma Educação do Campo, n. 5, Articulação Nacional, Brasília, DF, 2004; apud SILVA. Luciene, Rocha; SANTOS. Arlete, Ramos. A educação no/do campo em Vitória da Conquista - Ba: uma análise sob a luz das Diretrizes Operacionais - Resolução CME/CEB DE Nº 01/2002 – BA. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7384/7159>. Acessado em: 25 de março 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DA CONQUISTA. Disponível: em <http://www.pmvc.ba.gov.br/agricultura-e-desenvolvimento-rural/>. Acessado em março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DA CONQUISTA- Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/>. Acessado em 27 de março de 2019

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acessado em
27 setembro 2018.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. Programa de Aquisição de Alimentos.
Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acessado em 20 de março 2019.

SERGIO HADDAD, 2012. In Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Luciene. Rocha; SANTOS, Arlete, Ramos. A educação no/do campo em Vitória da Conquista – Ba: uma análise sob a luz das Diretrizes Operacionais - Resolução CME/CEB DE Nº 01/2002 – BA. Disponível em:
<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7384/7159>. Acessado em: 25 de março 2019.

SANTOS, Arlete. Ramos dos. Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso. Editora CRV; Curitiba 2016.

SZYMANSKI, H. A (Org). ; Almeida, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola**. Uma visão histórica. São Paulo: HUCITEC, 1991. Citado na Dissertação de Mestrado de Waltuir Batista Machado da Universidade Federal de Goiás 2011.